

Banco de la
Provincia de
Buenos Aires -
Sucursal São Paulo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do

Banco de La Província de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de la Província de Buenos Aires - Sucursal São Paulo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de la Província de Buenos Aires - Sucursal São Paulo em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

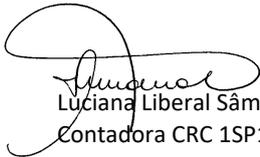
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Balancos patrimoniais em milhares de reais referente 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro 2020

Ativo	Nota	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	605	610
Instrumentos financeiros		123.390	110.892
- Aplicações compromissadas	5.a	106.544	94.107
- Títulos e valores mobiliários	5.b	16.846	16.785
- Empréstimos	5.e	2.621	0
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-13	0
Outros créditos	5.f	2.346	2.910
- Títulos e créditos a receber		8.891	20.060
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-8.891	-20.060
- Outros ativos	6	2.346	2.910
Imobilizado de uso		1.784	1.756
Intangível		258	258
Depreciações e amortizações		(1.940)	(1.925)
Total do ativo		129.051	114.501

Passivo	Nota	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Instrumentos financeiros passivos		992	65
- Instrumentos financeiros derivativos	5.d	992	65
Outros passivos	8	3.131	355
Provisões		5.991	12.009
- Sociais e estatutárias		3.439	3.439
- Passivos contingentes	9.a	2.202	2.776
- Impostos e contribuições a recolher	9.b	350	5.794
Total do passivo		10.114	12.429
Patrimônio líquido	10		
- Capital social		108.594	108.594
- Reserva de lucros		10.343	-
- Lucro/ (prejuízo)		-	(6.522)
Total do patrimônio líquido		118.937	102.072
Total do passivo e patrimônio líquido		129.051	114.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstração dos resultados em milhares de reais referente 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020

	Nota	Segundo semestre de 2021	Em 31 de dezembro de 2021	m 31 de dezembro de 2020
Receitas da intermediação financeira		16.560	18.934	25.057
Operações de crédito	5.e	10.692	10.795	-
Resultado de títulos e valores mobiliários	5.c	3.676	5.222	3.055
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.d	1.937	1.937	22.731
Resultado com operações de câmbio		255	980	729
Despesas da intermediação financeira		(8.911)	5.550	20.060
Operações de Captação no Mercado		(7)	(7)	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.d	-	(5.599)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.f	(8.904)	11.156	(20.060)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.649	24.484	4.997
Outras receitas e despesas operacionais		591	591	32.679
Outras receitas e despesas operacionais	11	591	591	3.352
Recuperação de Outros Créditos		0	0	29.327
Outras despesas operacionais		(4.358)	(8.195)	(7.845)
Despesas de pessoal	12.a	(2.084)	(3.361)	(2.982)
Despesas administrativas	12.b	(1.736)	(4.122)	(3.110)
Despesas tributárias	12.c	(331)	(505)	(1.571)
Participação no lucro		(207)	(207)	(182)
Provisões		(12)	(16)	(1.627)
Despesas com provisões de contingências trabalhistas	9.a	(12)	(16)	(1.627)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		3.870	16.864	28.204
Tributos sobre o lucro - IRPJ e CSLL	13	-	-	(6.375)
Resultado líquido		3.870	16.864	21.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstração dos resultados abrangentes em milhares de reais referente 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020

	Segundo semestre de 2021	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Resultado líquido do período/exercício	3.870	16.864	21.829
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-
Resultado abrangente do período/exercício	3.870	16.864	21.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros	Lucro / (prejuízo)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	108.594	-	(8.579)	100.015
Resultado líquido do período	-	-	(25.131)	(25.131)
Saldos em 30 de junho de 2019	108.594	-	(33.710)	74.884
Resultado líquido do período	-	-	8.148	8.148
Saldos em 31 de dezembro de 2019	108.594	-	(25.562)	83.032
Resultado líquido do período	-	-	19.280	19.280
Saldos em 30 de junho de 2020	108.594	-	(6.282)	102.312
Resultado líquido do período	-	-	2.549	2.549
Juros sobre o capital próprio	-	-	(4.046)	(4.046)
(-) Efeito tributário IRPJ/CSLL	-	-	1.258	1.258
Saldos em 31 de dezembro de 2020	108.594	-	(6.521)	102.073
Resultado líquido do período	-	-	12.994	12.994
Saldos em 30 de junho de 2021	108.594	-	6.473	115.067
Resultado líquido do período	-	-	3.870	3.870
Reserva especiais de lucros	-	9.500	-	9.500
Reserva Legal	-	843	-	843
Saldos em 31 de dezembro de 2021	108.594	10.343	0	118.937

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstração dos fluxos de caixa em milhares de reais referente 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020

	Segundo semestre de 2021	Em 31 de Dezembro de 2021	n 31 de dezembro de 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado líquido do período	3.870	16.864	21.829
Ajustes ao resultado líquido do período/exercício	8.344	(11.714)	21.147
Provisão (reversão) de provisões de contingências trabalhistas	(578)	(574)	1.627
Provisão (reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.904	(11.156)	20.060
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-	-	(555)
Depreciação e amortização	18	16	15
Resultado líquido do período/exercício ajustado	12.214	5.150	42.976
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros	(4.149)	7.562	(47.449)
(Aumento)/redução em outros ativos	(11.470)	(10.948)	(2.083)
Aumento Imobilizado de uso	(22)	(28)	-
Aumento/(redução) em impostos e contribuições a recolher	12	(5.444)	5.726
Aumento/(redução) em Sociais e Estatutárias	-	-	3.439
Aumento/(redução) em instrumentos financeiros passivos	992	927	(136)
Aumento/(redução) em outras obrigações	2.856	2.776	(12)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	433	(5)	2.461
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Juros sobre o capital próprio líquido do efeito IRPJ/CSLL	-	-	(2.789)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	433	(5)	(328)
Caixa e equivalentes de caixa - início do período/exercício	172	610	383
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-	-	555
Caixa e equivalentes de caixa - final do período/exercício	605	605	610
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	433	(5)	(328)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo (“Banco” ou “Instituição”) tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente operações de fomento ao comércio exterior.

As demonstrações financeiras elaboradas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas, quando aplicável, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).

A partir de janeiro 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/2020 e Circular Bacen 3.959/2019, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras do Banco. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

3. Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas pelo método exponencial.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são demonstrados no fluxo de caixa, e incluem moeda nacional e em moeda estrangeira, e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são formados pelas seguintes categorias:

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

ii. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar de 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração. No caso do Banco, é classificado na categoria:

Títulos Mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado do período.

iii. Outros créditos

Consideram-se as rendas não vinculadas a operações de crédito e as demais não capitalizáveis nas contas que lhes deram origem, pertencentes ao período corrente e não recebidas.

iv. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, em 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos ("derivativos"), passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de proteção, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do período.

O Banco não possui durante o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge.

v. Operações de Crédito e Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e outros créditos são registradas a valor presente, calculadas pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.

As operações de crédito e outros créditos são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999 do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697 de 24/02/2000, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

<u>Período de atraso</u>	<u>Classificação do cliente</u>
De 1 a 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização (*accrua*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos

como receita quando efetivamente recebidos.

Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito (*write-offs*), devem ser efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito.

d. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 20% até 30 de junho de 2021, a partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, passou a ser de 25% e 20% a partir de janeiro de 2022 conforme Lei 14.183/2021.

De acordo com a Lei 14.183/2021 a contribuição social apurada sobre o lucro ajustado foi majorada para 25% até 31 de dezembro de 2021, sendo que a partir dessa data a alíquota volta a ser de 20%.

e. Imobilizado de uso

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo o imobilizado de uso - edificações - 4%, equipamentos de processamento de dados - 20% e demais bens - 10%.

f. Intangível

Os intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h. Outros passivos

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Ativos e passivos contingentes

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando

aplicável, são apenas divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade; e no posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

4. Disponibilidades

Compostos por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, sem risco significativo de mudança de valor.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Disponibilidades em moeda nacional	112	80
Disponibilidades em moeda estrangeira	<u>493</u>	<u>530</u>
Total	<u>605</u>	<u>610</u>

5. Instrumentos financeiros

a. Aplicações compromissadas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Aplicações em operações compromissadas	<u>106.544</u>	<u>94.107</u>
Total	<u>106.544</u>	<u>94.107</u>

As aplicações compromissadas do Banco possuem rendimento médio baseado na taxa Selic. Os vencimentos estão substancialmente concentrados no curto prazo, sendo R\$ 106.544 (R\$ 94.107 em 2020) de 1 a 3 anos.

b. Títulos e valores mobiliários

<u>31.12.2021</u>	<u>Sem vencimento</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado (*)</u>
Mantidos até o vencimento				
Certificado de privatização (**)	54	-	54	-
Letras Financeiras do Tesouro	<u>-</u>	<u>16.846</u>	<u>16.846</u>	<u>16.846</u>
	<u>54</u>	<u>16.846</u>	<u>16.900</u>	<u>16.846</u>
<u>31.12.2020</u>	<u>Sem vencimento</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado (*)</u>
Mantidos até o vencimento				
Certificado de privatização (**)	54	-	54	-
Letras Financeiras do Tesouro	<u>-</u>	<u>16.785</u>	<u>16.785</u>	<u>16.785</u>
	<u>54</u>	<u>16.785</u>	<u>16.839</u>	<u>16.785</u>

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na ANBIMA na data de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são contabilizados ao valor de custo atualizado e são custodiados na (SELIC).

(**) Trata-se de títulos precatórios sem previsão de recebimento pelo Banco. A administração optou por provisionar 100% do saldo, efetuando um ajuste a título de impairment sobre o valor recuperável.

c. Resultado de títulos e valores mobiliários

	<u>2ºsem/2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendas de operações interfinanceiras de liquidez	3.162	4.488	2.284
Rendas de títulos de renda fixa	514	733	458
Rendas de variação sobre moedas estrangeiras	-	1	313
Total	<u>3.676</u>	<u>5.222</u>	<u>3.055</u>

d. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e/ou de taxa de juros. A política de atuação, os controles de monitoramento e as estratégias de operações seguem as diretrizes da Administração do Banco.

i. Valor registrado em compensação

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contratos de futuros		
Dólar	95.178	44.100

ii. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

Os valores a pagar de transações com futuros estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos passivos”, enquanto os valores a receber estão registrados na rubrica de “instrumentos financeiros derivativos” no ativo do balanço patrimonial.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Mercado futuro – ajuste positivo (negativo)	(992)	(65)

iii. Margem de garantia

O quadro a seguir resume os valores depositados na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão e em Clearing de câmbio, como objeto de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos.

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2021</u>			<u>31.12.2020</u>		
	<u>Qtde</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Qtde</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>
B3 S.A						
Garantia (LFT)	800	8.984	8.984	555	5.972	5.972
Clearing de câmbio						
Garantia (LFT)	50	562	562	5	53	53
	<u>850</u>	<u>9.546</u>	<u>9.546</u>	<u>560</u>	<u>6.025</u>	<u>6.025</u>

iv. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	<u>2ºsem/2021</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - futuros	1.937	(3.662)	22.731

e. Operações de crédito**i. Composição total da carteira**

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Empréstimos e Títulos Descontados	<u>2.621</u>	<u>-</u>
	<u>2.621</u>	<u>-</u>

ii. Receita de operações de crédito

	<u>2º sem/2021</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Rendas de empréstimos	21	21	-
Recuperação de créditos baixados com prejuízo	<u>10.671</u>	<u>10.774</u>	<u>-</u>
	<u>10.692</u>	<u>10.795</u>	<u>-</u>

f. Outros créditos**i. Composição total da carteira**

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Títulos e Créditos a Receber	<u>8.891</u>	<u>-</u>
	<u>8.891</u>	<u>-</u>

ii. Renegociação e recuperação de créditos baixados contra prejuízo

No decorrer do exercício de 2021, o Banco obteve êxito na renegociação de créditos que se encontravam baixados contra prejuízo. O montante bruto recuperado soma R\$ 10.670, com plano de recebimentos periódicos, conforme acordo firmado em 17 de novembro de 2021 e início de recebimento em 30 de novembro de 2021. As parcelas do acordo estão sujeitas a correção com taxa de 1% ao mês mais índice de correção do TJSP, com base nas datas de recebimentos. O Banco mantém 100% de provisão para perdas associadas ao risco de crédito em relação ao saldo devedor.

Adicionalmente, o Banco recebeu reembolsos de outros valores relacionados a taxas, multas e moratórias no montante de R\$ 591, registrado no resultado na rubrica de "Outras receitas operacionais".

Houve a reversão da provisão referente à renegociação de créditos que se encontravam baixados contra prejuízo conforme acordo firmado em 14 de abril de 2020, no valor de R\$ 11.156.

iii. Composição das operações por nível de risco

O saldo da carteira de operações de créditos e outros créditos em 31 de dezembro de 2021

está apresentada como segue:

<u>Nível de risco</u>	<u>Percentual de Provisão</u>	<u>Total da Carteira</u>	<u>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito</u>
A	0,5%	2.621	(13)
H	100,0%	8.891	(8.891)
		<u>11.512</u>	<u>(8.904)</u>

O saldo da carteira de operações de créditos e outros créditos em 31 de dezembro de 2020 está apresentada como segue:

<u>Nível de risco</u>	<u>Percentual de Provisão</u>	<u>Total da Carteira</u>	<u>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito</u>
H	100,0%	<u>20.060</u>	<u>(20.060)</u>
		<u>20.060</u>	<u>(20.060)</u>

iv. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	<u>2ºsem/2021</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldo inicial	-	20.060	-
Constituição	(8.904)	-	(27.055)
Reversão	-	(11.156)	6.995
Saldo final	<u>(8.904)</u>	<u>(8.904)</u>	<u>(20.060)</u>

6. Outros ativos

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Devedores por depósitos em garantia (a)	1.427	21
Antecipação de impostos e contribuições	771	2.649
Despesas antecipadas	5	101
Outros	<u>143</u>	<u>139</u>
	<u>2.346</u>	<u>2.910</u>

(a) Refere-se a interposição de recursos trabalhista - depósito recursais

7. Obrigações por operações compromissadas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Operações compromissadas	<u>2.604</u>	<u>-</u>
	<u>2.604</u>	<u>-</u>

8. Outros passivos

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Salários e encargos sociais	302	140
Contas a pagar	<u>225</u>	<u>95</u>
	<u>527</u>	<u>235</u>

9. Provisões

a. Passivos contingentes

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais e, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Movimentação das contingências trabalhistas:		
Saldo inicial	2.776	1.149
Constituição	16	1.627
Baixa	<u>(590)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>2.202</u>	<u>2.776</u>

Não existem processos cujo risco de perda estejam estimados como possível. Adicionalmente, não existem outras demandas judiciais referente as esferas cível, fiscal, administrativo ou criminal cujo Banco esteja como polo passivo.

b. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros	273	5.118
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>77</u>	<u>676</u>
	<u>350</u>	<u>5.794</u>

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social corresponde ao investimento da matriz estrangeira, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional, acrescido das reservas capitalizadas

b. Prejuízos acumulados

Corresponde ao total de prejuízos acumulados após a absorção dos lucros apurados em períodos anteriores.

11. Outras receitas operacionais

	<u>2º sem/2021</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Recuperação de juros de mora (*)	578	578	2.900
Recuperação de taxas e impostos (**)	13	13	452
Total	<u>591</u>	<u>591</u>	<u>3.352</u>

(*) Recebimento de juros de mora conforme decisão judicial referente operações de crédito baixadas anteriormente para prejuízo.

(**) Reembolso de taxas e IOF pagos anteriormente pelo Banco, relacionados a operações de crédito registrados em prejuízo.

12. Outras despesas operacionais**a. Despesas de pessoal**

	<u>2º sem/2021</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Proventos	1.233	1.749	1.674
Benefícios	659	1.234	975
Encargos Sociais	192	378	333
Total	<u>2.084</u>	<u>3.361</u>	<u>2.982</u>

b. Despesas administrativas

	<u>2º sem/2021</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Processamento de dados	220	406	382
Despesas de comunicação	287	571	514
Despesas com diretoria	419	748	575
Serviços técnicos especializados	426	1.693	860
Despesas com serviços de terceiros	56	101	96
Despesas com manutenção e conservação de bens	50	101	110
Despesa de condomínio	57	114	114
Despesas com segurança e vigilância	65	128	120
Despesa com contribuição a entidade de classe	-	4	4
Depreciação e amortização	8	16	15
Despesa com sistema financeiro	46	96	58
Despesas de transporte	23	37	24
Outras despesas administrativas	79	107	238
Total	<u>1.736</u>	<u>4.122</u>	<u>3.110</u>

c. Despesas tributárias

	<u>2º sem/2021</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Tributos municipais	3	22	41
COFINS	282	415	1.312
PIS	46	68	218
Total	<u>331</u>	<u>505</u>	<u>1.571</u>

13. Tributos sobre o lucro

a. Tributos correntes

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período e sobre as diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL	16.864	16.864	28.204	28.204
Despesas indedutíveis/receitas não tributadas	(22.400)	(22.400)	(8.492)	(8.492)
Base de cálculo dos impostos antes da compensação de prejuízos	(5.537)	(5.537)	19.712	19.712
Compensação de Prejuízo Fiscal/Base Negativa			(5.914)	(5.914)
Base de cálculo dos impostos após a compensação de prejuízos	(5.537)	(5.537)	13.798	13.798
Total de imposto de renda e contribuição social	-	-	3.513	2.862
Alíquota nominal	25%	25%	25%	20%
Alíquota efetiva	12%	12%	12%	10%

b. Crédito tributário não ativado

Considerando as disposições do artigo 3º da Circular nº 3.171 do Banco Central do Brasil, divulgamos abaixo os saldos de ativo fiscal diferido não ativados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

31/12/2021

Natureza	IRPJ (25%)	CSLL (25%)	Total
Diferenças temporárias	951	951	1.902
Prejuízo Fiscal/Base negativa	2.608	2.608	5.216
	3.559	3.559	7.118

31/12/2020

Natureza	IRPJ (25%)	CSLL (20%)	Total
Diferenças temporárias	6.551	5.241	11.792
Prejuízo Fiscal/Base negativa	921	737	1.658
	7.472	5.978	13.450

Partes relacionadas

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga está demonstrada a seguir:

	2ºsem/2020	31.12.2020	31.12.2020
Honorários da diretoria	419	748	575

14. Gestão de risco

O Comitê de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo manter controles estruturados em consonância com o perfil operacional da Instituição, periodicamente avaliado, de forma que evidencie riscos de liquidez, operacional, de crédito e de capital resultantes das atividades que são desenvolvidas.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é definido como sendo a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, a custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. principal diretriz para a política de concessão de crédito é a segurança. Todas as solicitações apresentadas têm seus riscos avaliados de acordo com procedimentos internos estabelecidos.

As avaliações têm como foco a capacidade de geração de caixa e os fatores de risco associados à transação. Essa avaliação envolve uma análise técnica da capacidade do cliente em honrar os seus compromissos, das garantias apresentadas e inclui visitas às companhias.

As conclusões dessas análises são apresentadas ao comitê de crédito pertinente, sediado na Casa Matriz, em um processo que pode envolver todos os níveis executivos, dependendo do grau de complexidade das decisões e do valor das operações.

b. Risco operacional

O Banco de la Provincia de Buenos Aires define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A definição enunciada inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela sucursal, assim como as sanções em razão do não cumprimento dos dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades desenvolvidas.

Entre os eventos de risco operacional se incluem:

- (i) fraude interno;
- (ii) fraude externo;
- (iii) relações trabalhistas e segurança no trabalho;
- (iv) dano aos ativos físicos;
- (v) falhas em TI;
- (vi) execução, gestão e cumprimento dos prazos dos processos.

c. Risco de mercado

O risco de mercado se define como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de posições que detenha uma instituição financeira. A definição citada inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços de ações e preços de mercadorias (*commodities*).

Os instrumentos de controle que viabilizam a conformidade das diretrizes de Comitê são:

- Reuniões do Comitê de Gerenciamento de Riscos: Avaliação das estratégias de curto prazo dos potenciais cenários macroeconômicos e do enquadramento das medidas de risco de carteira dentro dos limites estabelecidos.

Sistema de mensuração de risco de mercado baseado no método RiskMetrics com VaR paramétrico, adotando-se a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR.

- Relatório gerencial diário remetido a Gerencia de Risco de Mercado, sediada na Casa Matriz em Argentina, evidenciando as posições e a exposição ao risco da filial.

De acordo com a Resolução nº 4.557 do BACEN, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, caracterizada nesta filial pelo responsável pelo monitoramento de Risco de Mercado, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e da dimensão da exposição ao risco da sucursal.

Conforme estabelecido na normativa, a presente unidade é segregada das unidades de negociação e da auditoria interna.

O sistema utilizado pelo banco para mensuração de risco de mercado é o método RiskMetrics com VaR paramétrico; neste modelo é adotado a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR.

c.1 Análise de Sensibilidade

Atualmente o Bapro atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente operações de fomento ao comércio exterior. Essa estratégia reflete em uma posição patrimonial de ativos e passivos com menor exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco em 31 de dezembro de 2021 foram analisados considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos – Aplicações e Títulos e Valores Mobiliários: Instrumentos com baixo risco, e constantemente negociados sem variações relevantes dos valores de mercado e as taxas pós-fixadas do instrumento mesmo que com choques relevantes de cenário não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de Moeda Estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que um cenário estressado de risco cambial.

Operações de Crédito: O valor apurado corresponde saldos em atraso renegociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e os passivos exigíveis, entre cobranças e pagamentos, que possam afetar a capacidade financeira da instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Esses impactos levam tanto fatores internos a instituição quanto fatores externos. O controle de risco de liquidez no Banco de la Provincia de Buenos Aires é realizado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, através de ferramentas como:

- (i) Plano de contingência de liquidez: estabelece o processo de identificação e categorização de crises de liquidez, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como o modelo de monitoramento e revisão dos planos. As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pela Diretoria conjuntamente com a Mesa de Operações e normas emitidas pela Casa Matriz;
- (ii) Sistema de gestão de risco de liquidez: a sucursal possui um módulo que permite a realização de testes de estresse e aderência considerando aspectos como: Simulação de parâmetros para carteiras, como atrasos, inadimplência, pagamentos antecipados e simulação de cenários econômicos para verificar a sensibilidade da liquidez e as variações das taxas de juros e câmbio;
- (iii) Controle de esgotamento do caixa: o esgotamento do caixa é baseado no mapeamento dos fluxos de caixa a pagar e a receber ao longo dos vencimentos das operações. Este controle permite que seja observado o comportamento da carteira para um determinado prazo.

De acordo a Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, o "Comitê de Gerenciamento de Riscos" tem como um de seus objetivos manter sistemas de controles estruturados em consonância com o perfil operacional da filial, periodicamente avaliados, que permita o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, de forma que evidencie o risco de liquidez gerado pelas atividades que desenvolvam.

e. Risco de capital

Define-se gerenciamento de capital ao processo contínuo de:

- (i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No marco da Resolução nº 4.557, a estrutura de gerenciamento de risco de capital, caracterizada nesta filial pelo "Comitê de Gerenciamento de Riscos", é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão da exposição de riscos da filial.

f. Índice de Basileia

Pilar III	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência (PR)	118.937	102.072
PR mínimo para RWA	3.168	2.608
Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN	115.769	99.464
IB - Índice de Basileia	300,38%	313,11%
Valor Correspondente ao RBAN	53	31
Margem Patrimônio de Referência - com RBAN	115.717	99.433

15. Outras informações

O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital.

O Banco adotou medidas para contenção da COVID-19, bem como acompanhamento e avaliação dos impactos identificados desta pandemia em seus resultados, estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, a Administração do Banco declara que não houve impactos significativos da pandemia nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2020 e 2021.

16. Análise por vencimento do balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021

Ativo	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	605		605
Instrumentos financeiros	123.390	0	123.390
- Aplicações compromissadas	106.544	0	106.544
- Títulos e valores mobiliários	16.846	0	16.846
- Empréstimos	2.621		2.621
Provisão para perdas esperadas associadas	-13		-13
Outros créditos	2.346		2.346
- Títulos e créditos a receber	8.891		8.891
- Provisão para perdas esperadas associadas	-8.891		-8.891
- Outros ativos	2.346		2.346
Imobilizado de Uso		1.784	1.784
Intangível		258	258
Depreciações e amortizações		-1.940	-1.940
Total do Ativo	128.949	102	129.051
Passivo	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Instrumentos financeiros passivos	992		992
- Instrumentos financeiros passivos	992		992
Outros passivos	3.131		3.131
Provisões	3.789	2.202	5.991
- Sociais e estatutárias	3.439		3.439
- Passivos contingentes		2.202	2.202
- Impostos e contribuições a recolher	350		350
Patrimônio Líquido		118.937	118.937
- Capital Social		108.594	108.594
- Reservas de Lucro		10.343	10.343
Total do passivo e patrimônio líquido	7.912	121.139	129.051

17. Eventos subsequentes

Em 01/03/2021 publicada a Medida Provisória nº 1.034 que instituiu alterações na alíquota da contribuição social de 20% para 25% a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021.